

DE COMO PORTUGAL FOI CHAMADO À GUERRA, DE ANA DE CASTRO OSÓRIO¹³

Sara Reis da Silva

IE/CIEC – Universidade do Minho

sara_silva@ie.uminho.pt

Resumo: Neste estudo, a uma sucinta referência à historiografia portuguesa preferencialmente vocacionada para os leitores mais novos, procurando-se problematizar, simultaneamente, a relevância dessa escrita no contexto de receção infantil, segue-se uma revisitação de alguns dos marcos da biobibliografia de Ana de Castro Osório, figura relevante no âmbito da renovação da literatura portuguesa que tem na criança o seu potencial destinatário. No centro da nossa abordagem, encontra-se a obra *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra*, assinada pela autora mencionada. A análise textual que apresentaremos incidirá não apenas em questões temático-ideológicas, mas também em aspetos de forma e de estilo.

Palavras-chave: Ana de Castro Osório, historiografia portuguesa para a infância, História, I grande Guerra Mundial.

Abstract: In this essay, there is a concise reference to Portuguese historiography preferably aimed at younger readers, also seeking to problematize the relevance of this writing in the context of children's reception; followed by a brief rethinking of some landmarks of Ana de Castro Osório's biobibliography, a relevant figure in the renewal of Portuguese Children's literature. At the centre of our approach is the book *De Como Portugal foi Chamado à Guerra*, by the aforementioned author. Our textual analysis will focus not only on thematic and ideological issues, but also in form and style aspects.

Keywords: Ana de Castro Osório, Portuguese historiography for children, History, World War I.

¹³ Este trabalho insere-se nas reflexões realizadas no marco do projeto de investigação "Tematología y Métodos. Las guerras en la narrativa juvenil en el Marco Ibérico", cofinanciado pelo Ministerio de Economía y Competitividad, de Referencia FFI2013-42702-P, do Governo de España, e pelo Fondo Europeo de Desenvolvimento Regional 2007-2013 (FEDER) (MINECO_FEDER).

*Ao Professor José António Gomes,
Mestre da(e) memória(s) ou da(s) história(s),
a quem devo a descoberta e o desafio para ler
Ana de Castro Osório*

Escrever a História, acreditando nos préstimos deste ato complexo¹⁴, tem-se revelado um exercício assíduo no domínio da literatura que tem na criança e no jovem os seus destinatários preferenciais. Concretizada por um conjunto alargado e reconhecido de autores, com motes distintos ou diversamente motivados, a historiografia para a infância e a juventude interessou personalidades como Pinheiro Chagas (1842-1895), autor de *História Alegre de Portugal* (1880), obra subtitulada *Leitura para o Povo e para as Escolas*, Olavo d'Eça Leal (1908-1976) que escreveu *História de Portugal para Meninos Preguiçosos* (1943), Adolfo Simões Müller (1909-1989), com *Historiazinha de Portugal* (1944), António Manuel Couto Viana (1923-2010), com *A Minha Primeira História de Portugal* (1984), ou Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, apoiadas por José Mattoso, que, nos anos 90 do século XX, assinaram, além de vários outros, os três volumes de *História de Portugal* (publicados em 1993, 1994 e 1995), apenas para citar alguns exemplos cujo objeto ocorre fixado logo no próprio título.

À semelhança das obras aqui chamadas à colação, *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra. História para Crianças*, de Ana de Castro Osório (Mangualde, 1872 - Lisboa, 1935), porque explicitamente alimentado de História – assim se regista na sua capa –, impele à problematização, ainda que breve/restrita, de alguns aspetos diferenciados por Montrose (1989), através de uma formulação quiasmática, a saber: a historicidade dos textos e a textualidade da História. Ivan Teixeira, em «Poética Cultural: Literatura & História», retomando precisamente esta dicotomia, explicita:

¹⁴ Mattoso (2000) recupera a seguinte afirmação de Eliade: «tornamo-nos nós mesmos quando sabemos a nossa história» (Mattoso, 2000: 136).

Como todas as instituições sociais, o modo de compor a História varia conforme a alteração dos padrões da poética de uma cultura, que interfere na particularidade de cada conceito de História. Por essa perspectiva, os fatos não se impõem ao historiador. Ao contrário, este, em consonância com seu modelo historiográfico (que pressupõe, entre outras coisas, a adoção de um gênero de escritura e de um estilo pessoal), seleciona e combina as imagens das ocorrências (eventos, fontes, idéias, mudanças, textos, invenções, instituições, regimes, processos, estruturas, objetos) que interessam à sua narrativa, em cujo âmbito as análises e os eventos se hierarquizam conforme a trama que se considera correta e justa no momento da formulação do texto, cujos valores (éticos, políticos, religiosos, econômicos, ideológicos, artísticos) orientam a escolha das ênfases e dos descasos inerentes à representação historiográfica. Entendendo a História como representação de coisas previamente representadas, o historiador será tanto intérprete de sinais (hermeneuta) quanto organizador de mensagens (escritor) (...) (Teixeira, 2006: 38-39).

Nesta linha, uma leitura do volume selecionado revela, de facto, aquilo que **Ana de Castro Osório**, «intérprete de sinais», considerou correto e justo, a seleção a que procedeu e, de forma implícita, os valores que nortearam a sua escrita e, em última instância, a sua ação.

Com efeito, conquanto não possamos considerar a autora uma – entre outras – “ilustres esquecidas” da História da Literatura Portuguesa para a infância (e não apenas da História da Literatura) – até porque, tanto quanto sabemos, a sua atividade de escritora e editora para a infância foi já estudada em, pelo menos, dois trabalhos académicos¹⁵, além de um outro, por exemplo, em torno da sua ação cívica enquanto mulher republicana¹⁶ –,

¹⁵ Dife Maria de Fátima Medeiros (2003). *Do Fruto à Raiz. Uma Introdução às Histórias Miravilhosas da Tradição Popular Portuguesa recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Canelas – VNG: Gailivro; Inês Neto (2008). *Ana de Castro Osório Escritora e Editora para Crianças*. Lisboa: FCSH – UNL (tese elaborada sob a orientação do Professor Doutor João Luís Lisboa) (texto inédito, policopiado).

¹⁶ Dife Célia Carmen Martins Cordeiro (2012). *Ana de Castro Osório and the Portuguese Republican Woman: Vehicle of Regeneration of the Nation and of Preservation of the National Identity* – tese de Mestrado apresentada na “Faculty of the Graduate School of the University of Minnesota” (texto disponível online em http://conservancy.umn.edu/bitstream/handle/11299/121039/Cordeiro_Celia_January2012.pdf?sequence=1&isAllowed=1).

o facto é que a extensão, a diversidade ou a pluralidade de alvos de interesse/atenção e a inovação que distinguem a sua obra continuam a justificar, na nossa perspetiva, uma releitura da/um regresso à sua escrita, bem como do/ao seu percurso vivencial, marcado, de forma decisiva, por um momento histórico imbuído de um novo espírito ético, forte e fervoroso¹⁷.

Refletindo (e agindo) acerca da condição feminina¹⁸ – e tida, inclusivamente, como uma das precursoras no «desenvolvimento da literatura de autoria feminina e sobre questões que se prendem com a posição social da mulher» (Saraiva, Lopes, 1987: 1077) –, passando pela pedagogia ou educação¹⁹, até à História e às suas leituras²⁰, Ana de Castro Osório distinguiu-se pelo seu empenho e pelo seu dinamismo em prol de ideais cívicos

d=y) (consultado no dia 28/11/2014). Uma versão portuguesa deste estudo foi editada em 2013 pela Fonte da Palavra: *Ana de Castro Osório e a Mulher Portuguesa: Veículo de Regeneração da Nação e Preservação da Identidade Nacional*.

17 Cf. «Assim, a revolução republicana imbuíu de um novo espírito a incipiente literatura infantil portuguesa. Era a hora das crianças, do culto ardente da instrução; urgia despertar nos espíritos o sentimento cívico, que substituísse velhas ideias de fidelidade e obediência e desse a cada cidadão a consciência da responsabilidade que lhe incumbia no progresso do seu País. As ideias de Progresso, Trabalho, Instrução, Liberdade e Pátria, maiúsculas com entono, reaparecem na imprensa e na oratória daqueles anos. A literatura infantil acusa em parte o impulso destas tendências» (Lemos, 1972: 1920).

18 Deixada transparecer textos/artigos e conferências diversos. Cf., por exemplo, *A acção da mulher na guerra actual*, texto publicado, em 1915, pela Associação de Propagandas Feministas, ou, ainda, na obra *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, escrita no decurso da sua colaboração, depois do 5 de outubro de 1910, com Afonso Costa, Ministro da Justiça do Governo Provisório, na elaboração da lei do divórcio.

19 Cf. Verbete respeitante à autora patente em António Nóvoa (dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa. Note-se, ainda, que Ana de Castro Osório «enveredou pelo caminho da educação cívica e patriótica imposto pelos novos ideais, e neste espírito escreveu livros para prémios e leituras escolares, como *A Minha Pátria, Uma Lição de História, Lendo e Aprendendo*» (Lemos, 1973: 470).

20 Cf. Inúmeros artigos dispersos em periódicos portugueses e brasileiros (neste último caso, recorde-se que Ana de Castro Osório, em 1908, colaborou no jornal carioca *O Paiz*). A título exemplificativo, veja-se <https://1.bp.blogspot.com/-bTB3Gr3H-HM/VGJ56Ek-3V9I/AAAAAAAAADUI/9Q5fSqtIR5k/s1600/%5BACO%5D%2B%5BA%2BSemeadora%5D%2B%5B36%5D%2B%5B1918%5D0004.jpg> (disponível online em <http://silenciosememorias.blogspot.pt/search/label/Ana%20de%20Castro%20Os%20C%20B3rio>) (consultado no dia 28/11/2014).

e patrióticos²¹, de cidadania e igualdade de género²². Deixou não apenas testemunhos escritos, mas também resultados práticos da sua ação, tendo ficado reconhecida como uma figura relevante do feminismo e do republicanismo, como um elemento marcante de grupo de «livre-pensadoras» (Ribeiro, 2011: 122). Na verdade, importa talvez lembrar, por exemplo, que Ana de Castro Osório fundou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, o Grupo de Estudos Feministas (ligado à Maçonaria, na qual era iniciada), a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a revista, entre outras, *A Sociedade Futura*, além de, com Elzira Dantas Machado (1865-1942)²³, ter pertencido à Liga Internacional de *Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas*²⁴, ou, ainda, que, com Afonso Costa (1871-1937), desenvolveu atividade política em prol da República. Daí que, em estudos como *As Mulheres na Implantação da República*²⁵ (Ésquilo, 2010) e

21 Cf. Ana de Castro Osório (1906). *A Minha Pátria*. Setúbal: Livraria Editora para as Crianças (ilustrações de Rachel Roque Gameiro et al.).

22 Como atesta, por exemplo, a existência da Biblioteca Especializada Ana de Castro Osório, na Biblioteca Municipal de Belém, em Lisboa.

23 Casada com Bernardino Machado, teve um papel ativo e preponderante na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, bem como na Associação de Propaganda Feminista, na Caixa de Auxílio aos Estudantes Pobres do Sexo Feminino e na Cruzada das Mulheres Portuguesas, as quais desempenharam um papel relevante na defesa da cidadania e do feminismo.

24 Cf. «Talvez por influência da jornalista e escritora espanhola Carmen de Burgos y Seguí (1867-1932), Ana de Castro Osório e Elzira Dantas Machado (1865-1942) terão pertencido à *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas*, fundada, em 1922, pela mexicana Elena Arizmendi com o objetivo de “reunir la fuerza dispersa de figuras y organizaciones feministas de todos los países Iberoamericanos” e cuja sede oficial era em Madrid, havendo comités em Portugal e na América Latina. Persiste um único documento da *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas*, sem data, enviado às duas senhoras por Georgina Fletcher, sua representante na Colômbia, propondo a adesão à comemoração do centenário de José María y Vergara, homem de letras daquele país da América do Sul, argumentando que as duas filhas integravam a organização: embora o apelo proviesse do *Centro Femenil Colombiano*, o papel timbrado era encimado pelo nome da *Liga Internacional de Mujeres Ibéricas e Hispanoamericanas* e inscrevia, lateralmente, os nomes da Direção Internacional, presidida por Carmen de Burgos e tendo Paulina Luisi como 2.ª Vice-Presidente e Ketty de Burgos como 2.ª Secretária - disponível online em <http://silenciosememorias.blogspot.pt/search/label/Ana%20de%20C%20Os%20C%20B3rio> (consultado no dia 29/11/2014).

25 Por exemplo, em 30/01/1910, Ana de Castro Osório assiste, em representação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, à importante reunião alargada do Directório do

Republicanas Quase Desconhecidas (Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011), ambos da autoria de Fina D'Armada, figure repetidamente o nome de Ana de Castro Osório, como exemplo cívico e literário, sempre em diálogo com outras personalidades nacionais e estrangeiras com um perfil similar. Recorde-se, a título meramente exemplificativo, que Ana de Castro Osório cultivou amizade e trocou correspondência assídua com Carmen de Burgos (1867-1932), periodista, escritora e tradutora, ativista dos direitos da mulher espanhola, bem como com Maria Lacerda de Moura (1887-1945), conhecida anarquista brasileira que se notabilizou pelos seus escritos feministas. Aliás, no que diz respeito à ligação – bastante estreita, diga-se – ao Brasil²⁶ e a personalidades brasileiras, refira-se a sua troca de correspondência com Monteiro Lobato (1882-1948), por exemplo²⁷.

Mas, no contexto de apresentação deste ensaio, pretendemos enfatizar **a atividade literária e editorial para a infância da autora em pauta.**

E, antes de mais, registre-se que esta atividade centrada na criança não deixa de corporizar, em certa medida, valores centrais do republicanismo, como a educação – ou, como escreve Maria João Martins, na obra recentemente publicada *História da Criança em Portugal*, «A Paixão Republicana pela Educação» ou a valorização da «criança cidadã» (Martins, 2014: 128 e 123)²⁸. Ana de Castro Osório esteve envolvida, com Bernardino

Partido Republicano.

26 Entre 1911 e 1914, Ana de Castro Osório viveu no Brasil, país onde regressará mais tarde para proferir diversas conferências. Como regista Elizabeth Sousa Abrantes «As idéias de Ana Osório foram bastante veiculadas no Brasil durante toda a Primeira República, seja através da imprensa, como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras destinadas ao público feminino e à educação das crianças. Na biblioteca pública de São Luis havia uma coleção de livros da autora, a “Coleção Castro Osório”, dedicada à infância» (Abrantes, 2010) (disponível online em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/9/resources/anais/1278264658_ARQUIVO_Artigo-FazendoGenero_formulacionomodelo_.pdf) (consultado no dia 07/12/2014).

27 Divulgada por Maria Lajolo e disponível em <http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/AnaOsoriodeCastro.pdf> (consultado no dia 05/12/2014).

28 Cf. «Com os republicanos, o ensino primário é elevado à condição de organização socializadora de conhecimentos e de valores, fundada no princípio da igualdade, mercê da gratuidade da sua frequência e da sua neutralidade em matéria religiosa consagrada na Constituição de 1911. A educação escolar emerge (...) como motor de aperfeiçoamento

Machado (1851-1944), Francisco Teixeira de Queiroz (1848-1919) e os dois averienses Jaime de Magalhães Lima (1859-1936) e Homem Cristo (1860-1943), no processo de criação de escolas infantis ou da Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, fundada a 18 de maio de 1882, por iniciativa de Casimiro Freire (1843-1918), além de ter sido autora de manuais escolares de cariz educativo – por exemplo, *Uma Lição de História* (1909) e *Lendo e Aprendendo* (1913)²⁹.

Natércia Rocha, por exemplo, equiparando Ana de Castro Osório a Virginia de Castro e Almeida (1874-1945), assinala a sua importante/determinante atividade a favor da «melhoria qualitativa – e quantitativa – da produção editorial do setor infantil» (Rocha, 1984: 50). Nas primeiras décadas do século XX, o empenho de Ana de Castro Osório materializa-se não apenas na edição de originais (ainda que não abundantemente), mas também nas traduções e adaptações (estas, sim, visivelmente numerosas). Em 1897, a autora inicia a coleção «Para os Nossos Filhos», série que se estende até aos anos 30 do século XX, e, já na primeira década do século XX, dirige o periódico³⁰ para crianças *O Jornal dos Pequeninos*, publicação que representaria um «brinde aos leitores».

da espécie humana: a liberdade e autodeterminação do pensamento objetivo e da consciência são designios maiores. Os valores do conhecimento científico e da formação moral e cívica seriam fundamentais para o professor primário, que, laicizado e funcionário público, seria o “apóstolo” desses valores, constituindo a escola primária o seu “altar” (Martins, 2014: 129-130).

29 Cf. «(...) obras inclusivamente adoptadas no Brasil, «produtos literários de uso pedagógico, alvo da aprovação do poder institucional brasileiro, de âmbito estadual, como livro de leitura e um deles, *Uma Lição de História*, servir ainda para premiar o desempenho escolar dos alunos. (...) Enquadrando *Lendo e Aprendendo* é constituído por um conjunto de dezana e meia de histórias, *Uma Lição de História*, conforme é sugerido pelo título, oferecem a releitura de uma história tradicional, a partir de uma outra história, a qual não deve ser tida como um mero pretexto para a apresentação da segunda, pois ambas se unem num mesmo fim, apesar de serem distintas do ponto de vista da acção, espaço e tempo» - disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe/lanais/109_maria_jose.pdf (consultado no dia 05/12/2014).

30 A este título, em concreto, no que diz respeito aos periódicos para a infância, importa assinalar o facto de Ana de Castro Osório ter colaborado em *O Senhor Doutor*, jornal que, tendo iniciado a sua publicação em 1933, viria, na década em questão do século XX, a tornar-se célebre.

É, ainda, de assinalar que «as [suas] versões e adaptações (...), em estilo admirável e límpido, levaram até às crianças portuguesas e brasileiras contos portugueses e estrangeiros e também a obra ímpar de H. C. Andersen.» (Rocha, 1984: 51). Esther de Lemos, referindo-se em concreto a estas narrativas breves, considera que

o seu meritório labor ajudou a salvar do esquecimento e tornou apresentáveis muitos contos que, se pelo realismo um tanto brutal, pela superstição e anticlericalismo, por certo cinismo oportunista que informa a moral popular nem sempre são muito aconselháveis –, têm, noutros casos, a graça, a força, o encanto das “histórias iniciais”, sempre repetidas e sempre novas (Lemos, 1972: 20).

A extensa coleção à qual aludimos incluiu contos tradicionais portugueses e estrangeiros, contos de Grimm, bem como alguns textos originais da própria Ana de Castro Osório e do seu marido, o poeta Paulino de Oliveira (1864-1914). As ilustrações dos volumes desta série foram assinadas por artistas como Leal da Câmara (1876-1948), Francisco da Conceição e Silva (1922-1982), Raquel Roque Gameiro (1889-1970) e Alfredo Moraes (1872-1971), entre outros.

Da produção literária original³¹ de Ana de Castro Osório, destacam-se os conhecidos volumes *Viagens Aventurosas de Felícia e Felizardo no Pólo Norte*, aprovada, em 1922, como «livro de leitura corrente»³² e *Viagens Aventurosas de Felícia e Felizardo no Brasil* (1927). Como regista Natércia Rocha, da leitura destes dois volumes pode facilmente concluir-se que «Impregnada pelos conceitos da época quanto à adequação dos livros

31 Natércia Rocha destaca, em nota de fim de *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, as seguintes obras: *Alma Infantil* (dedicado ao seu filho João), *As Boas Crianças* (houve uma edição feita a pedido do governo brasileiro para uso nas escolas de Minas Gerais), *Os Animais*, *A Princesa Muda* e *Os Nossos Amigos* (de colaboração com Paulino de Oliveira) e, ainda, para o teatro *Lição Moral*, *Um Sermão do Senhor Cura*, *Ser Bom*, *O Medo*, *A Comédia da Lili* e outras peças» (Rocha, 1984: 136). Note-se que são vários os casos textuais em que se observa uma acentuada preocupação por uma educação das crianças para a cidadania.

32 Sobre estas duas importantes obras, vide Maria Teresa Nascimento (s/d). «A Viagem na Literatura para a Infância. Duas Propostas Pedagógicas de Ana de Castro Osório» - texto/pdf disponível em http://195.23.38.178/casadaleitura/portalfbeta/bo/abz_indices/002500_ot_viagem_lit_infancia_%20b.pdf (consultado no dia 29/11/2014).

aos interesses e necessidades das crianças, Ana de Castro Osório procurou apresentar textos acessíveis, mas sem prescindir de um estilo cuidado.» (Rocha, 1984: 51).

Além da vertente enunciada, a ação de Ana de Castro Osório, como, aliás, mencionámos anteriormente, engloba o livro escolar, em concreto obras de leitura para o Ensino Primário, nos quais «introduziu preocupações com o factor lúdico, com a qualidade literária do texto, com a alegria e o divertimento» (Rocha, 1984: 51-52).

Mas o facto é que, na escrita de Ana de Castro Osório, a ideologia é manifestamente importante e a obra aqui em análise – *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra* –, tendo sido publicada no período da Primeira República (1910-1926), em concreto em 1918³³, e «recomendada para leituras cívicas pelo Ministério da Instrução», é um dos exemplos disso, substantivando em boa verdade a concomitância de iniciativas e gestos da autora, repartidos entre “batalhas” político-sociais e a atenção/preocupação com a infância, entre outros. A verdade é que, entre 1914-1918, Ana de Castro Osório defendeu ativamente a causa intervencionista ou de participação de Portugal na Guerra, quer através da publicação de livros e de artigos, quer por meio da Cruzada das Mulheres Portuguesas, cooperando, ainda, na assistência aos soldados portugueses, em especial articulação com Bernardino Machado.

De Como Portugal Foi Chamado à Guerra integra, portanto, como sugerimos, o vasto conjunto de ações empreendidas pela autora no referido sentido, um pouco à semelhança do que preconizavam jovens republicanos da época, como os do grupo da Renascença Portuguesa – por exemplo, Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, António Sérgio ou Raúl Proença –, para quem

a Guerra surgiu como uma oportunidade (...) de alcançar (...): a promoção da elevação cultural, cívica, ético-moral e espiritual dos portugueses, tendo como fim último a criação duma espécie de “Homem Novo”, que dotaria a República de força vital e espiritual (...) (Revez, 2014: 7).

33 Ano também da eleição e do assassinato de Sidónio Pais (1872-1918).

(E o facto é que essa visão positiva da guerra não deixa, obviamente, aos olhos de hoje, de causar desconforto, de intrigar até).

A especial configuração e intencionalidade do volume *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra* não passaram despercebidas, por exemplo, a Esther de Lemos que, em 1972, no conhecido opúsculo *A Literatura Infantil em Portugal*³⁴, cita longamente o primeiro capítulo da obra de Ana de Castro Osório, dirigido «aos meus queridos pequenos», para, de seguida, num parágrafo apenas, deixar registado o seguinte:

Este pequeno livro, modelar no estilo claro e corrente sem trivialidade, na forma hábil de simplificar os complexos factos políticos para os pôr ao alcance das crianças, é, no objectivo, um trabalho de pura propaganda, destinado a criar nos espíritos moços uma opinião favorável à tão discutida entrada do nosso país na Grande Guerra, e um apoio entusiástico à causa dos Aliados. (Lemos, 1972: 20).

Na realidade, este parágrafo convida a um conjunto de considerações que se prendem não apenas com o estilo adotado pela autora, no caso, Ana de Castro Osório, mas também e muito especialmente com a coerência entre aquilo que se propõe levar a efeito, em concreto, do ponto de vista ideotemático, e a forma como o concretiza ou a arquitetura/configuração deste volume, entendido (ou não) no domínio da historiografia ou da História e, particularmente, daquela vocacionada para as crianças.

Em **primeiro lugar**, discordamos de Esther de Lemos no que diz respeito à ideia de simplificação dos factos, colocando-os, assim, ao alcance dos mais novos. Na verdade, questionamos a adequação desta obra de Ana de Castro Osório às capacidades leitoras da criança, na medida em que o registo da História, ou melhor, de um tempo e dos feitos políticos, em concreto e predominantemente, bélicos de Homens de diferentes nações, mas muito especialmente, de portugueses, é prolixo, vasto e repleto de detalhes, frequentemente adjetivados e apresentados analepticamente em longos parágrafos. Num discurso revelador de uma consciência

34 Este ensaio veio a lume no âmbito de uma Exposição de Livros Infantis e de um Ciclo de Conferências sobre Literatura Infantil, por iniciativa do Ministério da Educação Nacional – Direcção-Geral da Educação Permanente.

histórica, mas ostensivamente condicionado e/ou ideologicamente implícito, e a desvendar os interesses autorais, a subjetividade prevalece, contrariando, em certa medida, aquilo que é apanágio da escrita da História, a objetividade. Assim, e neste ponto particular, a afirmação de Esther de Lemos é acertada.

É a este título importa, ainda, considerar, em **segundo lugar**, o facto de, no texto, se observar o recurso assíduo a estratégias discursivas de teor argumentativo, de fundo valorativo e/ou judicativo, porque pretende-se defender e justificar a importância da participação portuguesa no conflito mundial, entendido também como favorável à nossa pátria, procurando-se convencer o leitor de que a vitalidade, a ação e o heroísmo desta decorrente são determinantes para o país. Para tanto, condena-se sistematicamente a postura alemã, assumindo-se abertamente uma aversão ou germanofobia e, em contrapartida, uma entusiasmada anglofilia. Citamos, apenas, duas passagens ilustrativas de um e de outro caso, respetivamente:

(a propósito das «Origens da guerra» e culpabilizando-se a Alemanha) Têm-se dado muitos pretextos para explicar a origem da guerra, mas a verdade é que a sua causa foi a ideia que meteram na cabeça do povo alemão, para isso educado desde criancinha nas escolas, de que valia mais de que todos os outros povos do mundo e que era, portanto, a ele, que competia dominar a dirigir a humanidade (Osório, 1918: 12).

(sobre o papel dos alemães na queda do império romano) Deu-se a invasão germânica, e êsse povo, que tem por ideal esmagar os que vence e impor, pela força, as suas ideias, os seus costumes e a sua autoridade pela disciplina brutal das armas, cortou todas as comunicações, destruiu e perdeu o fio condutor da grande civilização (*idem, ibidem*: 29).

(apologia da Inglaterra)

A Inglaterra, que é o mais rico e mais forte país do mundo (...) nem por sombras pensava em se meter em guerras e aventuras perigosas. Que interesse podia ela ter em o fazer? Nenhum, claramente se vê. (...) A Inglaterra não quer mais domínios bastando-lhe o que tem e o respeito e consideração de todos o mundo. (...)

Mas a Inglaterra tem uma varinha de condão que faz como que sair do solo a força invencível das nações: que é a consciencia individual do dever e o orgulho pátrio (*idem, ibidem*: 8-9).

É dessa época que devemos contar a entrada da Inglaterra no número dos povos que verdadeiramente têm desempenhado na História uma acção de progresso e civilização mundiais (*idem, ibidem*: 52).

Mas a construção argumentativa que o texto evidencia tem também como finalidade o persistente elogio do povo Português, ou, como escreve, «a religião patriótica de todos os portugueses» (*idem, ibidem*: 98), e a síntese desta máxima intenção surge materializada nos dez mandamentos elencados no último capítulo «O que Portugal quer e espera de seus filhos».

Em **terceiro lugar**, atente-se, ainda, na própria extensão do volume – 100 páginas, ocupadas por dezanove capítulos³⁵. Esta poderá representar um obstáculo para o leitor infantil, que, com a sua falta de experiência de vida, com um perfil linguístico e uma compreensão leitora marcados por algumas restrições, verá comprometida a qualidade da interação que poderá manter com o texto e provavelmente terá dificuldades em sentir-se confortável face a uma “massa” textual como esta.

Constata-se, porém, uma preocupação autoral em aproximar-se do leitor, quer pelo frequente tom coloquial, quer pelas sucessivas invocações/interpelações diretas do destinatário preferencial, quer, ainda, pela preocupação em explicar/em ensinar (porque o intuito pedagógico – e moralizante – é aqui forte) que passagens como as que se seguem testemunham:

Ora eu, meus amiguinhos, entendo que vós fazeis parte da nação portuguesa, tal qual as pessoas crescidas, e deveis assim conhecer bem a

35 Todos os capítulos são intitulados: 1 – Guerras passadas; 2 – Antes da guerra; 3 – Origens da guerra; 4 – Causas da guerra; 5 – Porque motivo Portugal tomou parte na guerra; 6 – Não entrar na guerra como beligerante seria o fim de Portugal livre; 7 – A nossa situação de aliados; 8 – A aliança anglo-lusa; 9 – O princípio da expansão portuguesa; 9 – Espanha e Portugal; 10 – Espanha e Portugal; 11 – Falta de consciência nacional; 12 – No tempo de Napoleão; 13 – A aliança anglo-lusa na monarquia lusitana; 14 – O despertar da raça; 15 – O esforço português em África; 16 – Corpo expedicionário Português; 17 – Dentro do país; 18 – O esforço inglês; 19 – O que Portugal espera de seus filhos.

origem do mal e avaliar a justiça da nossa causa. E já que vos tenho contado tantas histórias de fadas e princesas, de olharapos e demónios malfazejos, e outras de casos da vida, que ajudam a instruir e a educar o coração, também desejo tomar o encargo de vos explicar o que se passou, para chegarmos às horas angustiosas que a humanidade sofreu, até que chegasse a hora da vitória, por que todos ansiávamos. Penso que devo estar perto do vosso coração para bem me fazer compreender da vossa inteligência, dando-vos elementos para mais tarde poderdes avaliar, com bem clara razão, as horas minguadas que passaram pela vossa infância e a muitos terão deixado sem o carinhoso amparo e direcção dos pais, mortos na defesa do nome português e pela honra da Pátria (*idem, ibidem*: 6).

E aqui têm os meus amigos como que vê bem que foram a Alemanha e a sua aliada Áustria as únicas responsáveis de se terem lançado as nações numa luta destas, em que toda a humanidade por largo tempo há de sofrer, atrasando-se a civilização e o progresso (*idem, ibidem*: 11)

Acabo de vos dizer que foi o orgulho e ambição do povo alemão que desencadeou o temporal, de que ele há-de sofrer, para seu castigo, o maior peso. Mas é preciso que vos explique bem estas palavras, para que nenhuma dúvida possais ter mais tarde (...). (*idem, ibidem*: 12)

Como neste livro, escrito para o coração e para a inteligência dos novos, não vem a propósito dizer em números o que foi o esforço da nação inglesa perante o crime germânico (...) (*idem, ibidem*: 90).

Em **quarto lugar**, refira-se que a questão da potencial receção do texto em análise que vimos de enunciar complexifica-se, se atendermos à própria dedicatória aí inscrita: «Aos Soldados Portugueses que erguem tão alto a bandeira gloriosa da Pátria, / para que saibam o que aos seus filhos ensinamos da hora em que mais uma vez a nossa raça cumpriu o seu nobre destino» (*idem, ibidem*: s/p). Se assumirmos um dos tópicos mais relevantes e estimulantes dos estudos teóricos em torno do livro infantil, poder-se-á talvez perguntar se este não será um interessante exemplo de literatura “crossover” ou de receção dual. A quem desejaria verdadeiramente Ana de Castro Osório que chegassem as suas lições? E a quem terão chegado realmente? A quem interessaria justificar o envolvimento português na Primeira Grande Guerra?

Finalmente, e em **quinto lugar**, uma nota apenas para assinalar um outro aspeto que, na realidade, também poderá contribuir para a reflexão em torno da questão anterior. Trata-se de um apontamento apenas acerca da configuração visual do volume, visto que, se lido à luz dos paradigmas do grafismo contemporâneo da edição especialmente vocacionada para a infância, torna-se aí evidente a ausência de componente ilustrativa. E esta opção, atendendo à temática tratada, poderia revestir-se de uma importante função pedagógica-didática, por exemplo, se se procurasse, através de segmentos visuais como mapas ou pormenores desenhados (como soldados ou objetos de guerra/armas, por exemplo), esclarecer melhor determinados aspetos relatados, facilitando ao potencial destinatário – infantil, note-se – a perceção daquilo que se procura explicitar.

Pelo exposto e **para concluir**, sublinhamos: naturalmente, devendo ser lida como «um caso extremo da literatura infantil republicana», com «intenções (...) declaradamente políticas» (Lemos, 1972: 20)³⁶, a obra *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra. História para Crianças* dá, acima de tudo, conta da militância da autora, mas também da sua visão informada e da sua perspetiva crítica (muito pessoal – é certo) face ao real, porque a verdade é que, em Ana de Castro Osório, se nega a «distância entre a prática da cidadã e a da historiadora» (Curto, 2013: 15). E, assim sendo, se «ao historiador não compete suspirar pelo referente, senão trabalhar com o significante (que será colhido como fato ou como evento) e atribuir a ele o sentido mais compatível com a condição de sua estrutura», neste e noutros casos, «a História talvez não devesse ser caracterizada como mais ou menos científica, mas como mais ou menos próxima do conceito de verdade de seu tempo de enunciação, que necessariamente depende dos métodos de apreensão, dos modos de associação e do estilo de exposição» (Teixeira, 2006: 40). E, se houve algum tempo de causas, o de Ana de Castro Osório foi, sem dúvida, um deles...

36 Violante F. Magalhães recorre a *De Como Portugal foi Chamado à Guerra* para atestar o facto de, nos anos seguintes à implantação da República, os textos dirigidos às crianças, a fim de cumprir o ideário republicano, integrarem «informações com as quais se pretendia instruir o futuro cidadão» (Magalhães, 2009: 136).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CURTO, Diogo Ramada (2013). *Para Que Serve a História?*. Lisboa: Tinta da China.
- LEMONS, Esther de (1972). *A Literatura Infantil em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional – Direcção-Geral da Educação Permanente.
- ____ (1973). “Infantil, literatura”. In COELHO, Jacinto do Prado (dir.). *Dicionário de Literatura* (Vol. 1). Porto: Figueirinhas, 468-474.
- MAGALHÃES, Violante F. (2009). *Sobressalto e Espanto. Narrativas Literárias sobre e para a Infância no Neo-Realismo Português*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- MARTINS, Maria João (2014). *História da Criança em Portugal*. Lisboa: Edições Parsifal.
- MATTOSO, José (2000). “A importância do texto literário no ensino da História”. In AA VV. *No Branco do Sul as Cores dos Livros – Encontro sobre Literatura para Crianças e Jovens – Beja, 25 e 26 de Fevereiro de 1999 – Actas*. Lisboa: Caminho, 135-150.
- MEDEIROS, Fátima Ribeiro de (2003). *Do Fruto à Raiz. Uma introdução às Histórias Maravilhosas da Tradição Popular Portuguesa recolhidas e recon-tadas por Ana de Castro Osório*. VNG-Canelas-Gailivro.
- MONTROSE, Louis Adrian (1989). “Professing the Renaissance: The Poetic and Politics of Culture”. In VEESER, H. A. (Ed.). *The New Historicism*. London/ New York: Routledge, pp. 15-36.
- OSÓRIO, Ana de Castro (1918). *De Como Portugal Foi Chamado à Guerra. História para Crianças*. Lisboa: Casa Editora Para as Crianças.
- REVEZ, Ricardo (2014). “Escritores da Guerra. Da Renascença ao Modernismo”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 1145, 20/08-02/02/2014, 7-8.
- RIBEIRO, Lia (2011). *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ROCHA, Natércia (1984). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa: ICLP-Ministério da Educação.
- ____ (2001). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal. Nova edição actualizada até ao ano 2000*. Lisboa: Caminho.
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar (1987). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora (14ª ed., corrigida e atualizada).

TEIXEIRA, Ivan (2006). "Poética Cultural: Literatura & História". In *Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista. Vol. 6, Nº 1, 31-56 (disponível online em <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/204/226>) (consultado no dia 08/12/2014).